

A PERSPECTIVA DE(S)COLONIAL NA GEOGRAFIA BRASILEIRA: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO A PARTIR DOS TRABALHOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Tatiane Silva

Maria Angélica de Oliveira Magrini

RESUMO

No campo histórico da produção científica é perceptível uma concentração teórico-epistemológica que culmina na construção de uma hegemonia eurocêntrica presente nas investigações que buscam compreender o mundo ocidental. Por outro lado, constitui-se um silenciamento de diversas formas de produção de conhecimento, como as dos povos colonizados, por exemplo. É nesse sentido que a perspectiva de(s)colonial emerge como possibilidade analítica para contestar e complementar as tendências acadêmicas dominantes. Isso porque a Geografia é um exemplo de conhecimento cujas bases se deram nos pressupostos eurocêntricos, que mantém seus traços na condução da produção do conhecimento geográfico até os dias atuais. Assim, o objetivo principal deste artigo é averiguar como a perspectiva de(s)colonial vêm sendo incorporada à Geografia brasileira contemporânea, a partir de uma análise bibliométrica, verificando os conteúdos de Dissertações e Teses presentes no catálogo da CAPES, defendidas entre o período de 2010 a 2018. Os resultados demonstraram que a Geografia tem muito a percorrer nesse caminho de refundar suas bases epistemológicas em busca de um conhecimento crítico de(s)colonizado e múltiplo.

Palavras-chave: Geografia; Perspectiva De(s)colonial; Análise Bibliométrica; Dissertações e Teses.

THE DE(S)COLONIAL PERSPECTIVE IN BRAZILIAN GEOGRAPHY: A BIBLIOMETRIC STUDY FROM POSTGRADUATE WORK

ABSTRACT

In the field of scientific production, a theoretical-epistemological concentration is noticeable that culminates in the construction of a Eurocentric hegemony present in investigations that seek to understand the Western world. On the other hand, it constitutes a silencing of various forms of knowledge production, such as colonized peoples, for example. It is in this sense that the perspective of de(s)colonial emerges as an analytical possibility to contest and complement the dominant academic trends. Thus, understanding that Geography is an example of knowledge based on Eurocentric assumptions, which maintains its traces in conducting the production of geographic knowledge to the present day, the main objective of this article is to investigate how the colonial perspective de(s)colonial have been addressed in the field of contemporary Brazilian Geography, from a bibliometric analysis, checking Dissertations and Theses present in the CAPES catalogue, defended between 2010 and 2018. The results showed that Geography has a lot to go in this way of refunding its epistemological bases in search of a critical knowledge of de(s)colonized and multiple.

Keywords: Geography; De(s)colonial Perspective; Bibliometric Analysis; Dissertations and Theses.

Introdução: do princípio aos caminhos percorridos

A perspectiva de(s)colonial¹ vem paulatinamente ganhando notoriedade no meio acadêmico, conseguindo relativa projeção nas dimensões educativas, informativas e epistemológicas.

¹ Optamos neste artigo por escrever de(s)colonial para contemplar as duas grafias: decolonial e descolonial, que servem de base para a análise deste trabalho e possuem os mesmos interesses de fundo.

Diferentemente do que estamos habituados a experienciar na academia, essa perspectiva não tem sua origem num movimento estritamente acadêmico, ou seja, não foi pensada/engendrada inicialmente no âmbito da academia, mas sim a partir das lutas sociais, das lutas históricas. E quais lutas são essas? Podemos citar as lutas dos movimentos indígenas e afrodescendentes latino-americanos, por exemplo.

Esse aspecto é importante pois, para além de uma proposta teórico-metodológica a se seguir, a perspectiva de(s)colonial é um movimento político, social, epistemológico e ontológico. Cabe assim ressaltar que os intelectuais que vêm discutindo essa perspectiva representam uma pequena parte da grandeza e da proposta desse movimento, que é construído também a partir dos múltiplos movimentos sociais de resistência que questionam e tensionam os padrões e paradigmas estabelecidos.

Assim, para iniciar esse debate é preciso compreender que a construção dessa perspectiva é perpassada pela resistência teórica, epistêmica, cultural, prática e política frente à lógica da Modernidade/Colonialidade². No âmbito acadêmico essa perspectiva busca se contrapor às tendências teóricas e epistemológicas dominantes de cunho imperialista de construção do conhecimento histórico e social na América Latina. Em outras palavras, busca romper com a herança colonial que aflora até os dias atuais na forma como produzimos conhecimento, valorizando o diálogo entre a pluralidade de saberes que foram historicamente silenciados.

Esse movimento de(s)colonial no campo acadêmico é importante, pois como ressalta Grosfoguel:

Nas universidades ocidentalizadas o conhecimento produzido por epistemologias, cosmologias e visões de mundo “outras”, ou desde geopolíticas e corpos políticos do conhecimento de diferentes regiões do mundo considerados como não ocidentais com suas diversas dimensões espaço/temporais, reputados “inferiores” em relação ao conhecimento “superior” produzido por uns poucos homens ocidentalizados dos cinco países, conformam o cânone do pensamento nas humanidades e nas ciências sociais. O conhecimento produzido a partir das experiências sócio-históricas e concepções de mundo do Sul global – também conhecido como mundo “não ocidental” – é considerado inferior e é segregado na forma de “apartheid epistêmico” (Rabaka, 2010) do cânone de pensamento das disciplinas das universidades ocidentalizadas. Mais ainda: o conhecimento produzido por mulheres (ocidentais ou não ocidentais) é também visto como inferior e fora do elenco do cânone do pensamento (GROSFOGUEL, 2016, p. 27).

Tal reflexão questiona o fato de que poucos homens, de cinco países (Alemanha, França, Inglaterra Itália e Estados Unidos), constituem o cânone do conhecimento nas ciências sociais e humanidades, demonstrando um privilégio epistêmico que lhes confere autoridade e superioridade do pensamento, a despeito da diversidade epistêmica existente no mundo contemporâneo. Não é à

² A Colonialidade equivale a uma Matriz Colonial de Poder, na qual estabelece uma relação de par complementar com a Modernidade, visto que elas se constroem mutuamente.

toa que María Lugones acrescentou o termo colonialidade do gênero às formas de colonialidade do ser, do poder e do saber, advertindo que gênero é, também, uma opressão colonial, sendo o feminismo decolonial uma possibilidade para superar a colonialidade do gênero (LUGONES, 2008, 2014).

Nesse contexto, Cruz (2017) destaca que o movimento de(s)colonial parte do princípio de que é necessário deslocar os lugares hegemônicos de enunciação das ideias e conhecimentos do norte global para as periferias, lugares subalternos de enunciação - o sul global. Deste modo, descolonizar a produção do conhecimento passa por construir outras epistemologias que se vinculem com as vivências e experiências daqueles que sofrem as violências das colonialidades.

Segundo Ballestrin (2013), o movimento de se contrapor às tendências hegemônicas do conhecimento histórico e social, através da perspectiva de(s)colonial, das epistemologias do Sul, apresentou um crescimento nos últimos anos em diversas áreas e universidades do mundo.

Deste modo, considerando que a ciência geográfica é um exemplo de conhecimento cujas bases se deram nos pressupostos eurocêntricos advindos das tradicionais escolas alemã e francesa de Geografia, nos sentimos instigadas a apurar, neste artigo, como a perspectiva de(s)colonial vêm sendo abordada no campo da Geografia brasileira contemporânea, a partir de uma análise bibliométrica, verificando Dissertações e Teses presentes no catálogo da CAPES, defendidas entre o período de 2010 a 2018.

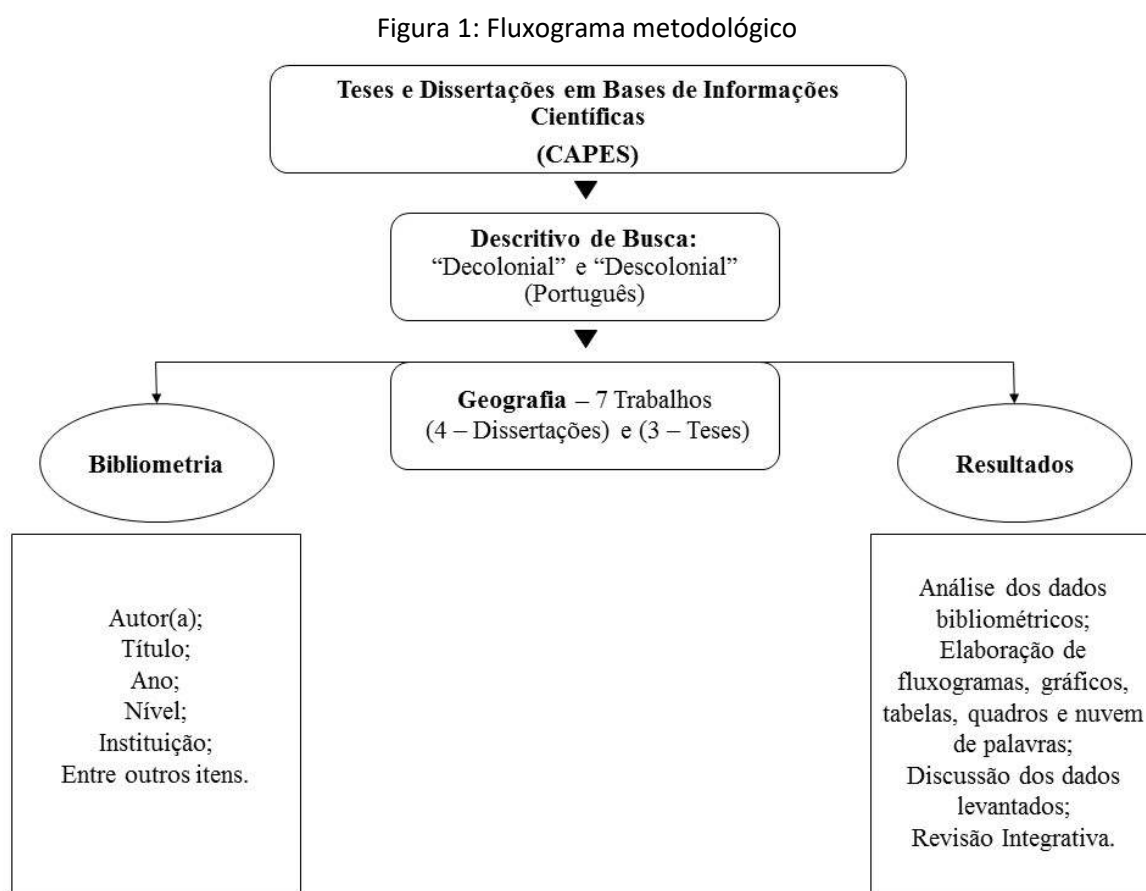
Nosso pensamento se assenta na constatação de Cruz (2017) de que a incorporação da perspectiva descolonial ao pensamento crítico na ciência geográfica é um esforço que ainda está por se fazer, embora já possam ser identificados alguns movimentos iniciais nesse sentido. Nossa intenção, portanto, é identificar no âmbito da pós-graduação brasileira as pesquisas que tentam produzir conhecimento geográfico dialogando com a perspectiva de(s)colonial.

No que diz respeito à escolha metodológica pela realização da análise bibliométrica, essa se justifica pelo fato de ser capaz de retratar o comportamento e o desenvolvimento de uma determinada área do conhecimento por meio do trabalho com as publicações dessa área. A bibliometria pode ser compreendida como uma metodologia de análise quantitativa que tangencia aspectos qualitativos (ARAÚJO; ALVARENGA, 2011). Nesse sentido, consideramos que a análise bibliométrica permite que encontremos padrões e tendências na produção do conhecimento, contribuindo para a elaboração de um estudo acerca do "estado da arte" da construção da abordagem de(s)colonial na pós-graduação em Geografia no Brasil.

Por conseguinte, o levantamento dos dados quantitativos se deu a partir da análise das Teses e Dissertações disponibilizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(CAPES), que desempenha um papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da federação desde o final da década de 1980.

Em decorrência desse levantamento, uma planilha foi elaborada e estruturada com os seguintes campos: título, ano, nível do trabalho, instituição, perspectiva, entre outros itens que serviram de base para as análises, resultando nos dados que serão apresentados na próxima seção. A seguir, o fluxograma metodológico (**Figura 1**) exemplifica com mais detalhes o caminho percorrido para a elaboração das reflexões apresentadas neste artigo.



Org.: Elaborado pelas autoras (2020).

Por meio do levantamento de dados da análise bibliométrica foi possível retratar o comportamento e o desenvolvimento da perspectiva de(s)colonial na ciência geográfica brasileira, no âmbito da pós-graduação, respondendo a alguns questionamentos, como: Em quais instituições e programas de pós-graduação em Geografia está sendo trabalhada essa perspectiva? Quais temas e discussões constituem a perspectiva de(s)colonial formulada a partir do pensamento geográfico? Quantas Teses e Dissertações com essa perspectiva na Geografia foram defendidas entre o período de 2010 a 2018 e quais suas principais características?

Antes de partirmos para os próximos tópicos que apresentarão os resultados obtidos na análise bibliométrica, cabe ressaltar que existe um embate conceitual acerca de qual o melhor termo a se utilizar para denominar essa perspectiva de pensamento. Seria mais adequado utilizar decolonial ou descolonial? As duas versões da palavra, com ou sem “s”, são encontradas na bibliografia, indicando pequenas diferenças de posicionamento teórico. No entanto, em nossa concepção, não existe certo ou errado acerca desta questão. Consideramos sim, que existe uma diferenciação entre os termos, mas o mais importante para a análise que apresentamos neste artigo é identificar que ambos fazem referência a uma busca pela dissolução das estruturas de dominação e exploração configuradas pelas colonialidades, que visa o desmantelamento de seus principais dispositivos. Feita essa ressalva, seguimos percorrendo o caminho para a construção de nossa argumentação, apresentando na sequência as informações bibliométricas levantadas a partir do conjunto de Teses e Dissertações em Geografia perpassadas pela perspectiva de(s)colonial.

A perspectiva de(s)colonial na pós-graduação brasileira

A justificativa deste trabalho parte da constatação de que no campo da produção científica é notória a hegemonia do eurocentrismo como linha mestra que orienta o saber na modernidade e conduz a compreensão do mundo ocidental. Conseqüentemente, ao se constituir como uma narrativa científica dominante, temos o silenciamento de diversas formas de conhecer e de viver, como as dos povos colonizados, por exemplo.

É nesse sentido que o pensamento de(s)colonial se manifesta, para se contrapor às tendências acadêmicas dominantes de perspectiva imperialista de construção do conhecimento histórico e social. Essa perspectiva epistemológica, ética e política de compreender a história dos colonizados ganha destaque no momento atual, porém não nasceu agora, é resultado de um longo processo, fruto da conjugação de muitas formas de pensar e de agir contra o legado do colonialismo nos últimos cinco séculos (CRUZ, 2017).

De acordo com Grosfoguel (2016) nossa história é marcada por uma associação de genocídios e epistemicídios que foram consolidando o pensamento europeu como linha mestra para a produção do conhecimento. Considerando a máxima cartesiana do “Penso, Logo Existo”, tida como um marco para a ciência moderna, o autor reflete que esse ser pensante é circunscrito ao homem europeu que havia “dominado o mundo” e, portanto, podia produzir um conhecimento universal que dominasse as outras formas de conhecimento. Com base em Dussel, Grosfoguel afirma que:

[...] o “penso, logo existo” de Descartes é precedido por 150 anos de “conquisto, logo existo”. O Ego conquiro é a condição de existência do Ego cogito de Descartes. Segundo Dussel, a arrogante e idólatra pretensão de divindade da filosofia cartesiana vem da perspectiva de alguém que se pensa como centro do mundo porque já conquistou o mundo. Quem é esse ser? Segundo Dussel (2005), é o Ser imperial. O “eu conquisto”, que começou com a expansão colonial em 1492, é a fundação e a condição da possibilidade do “eu penso” idólatrico que seculariza todos os atributos do Deus cristão e substitui Deus como fundamento do conhecimento. Uma vez que os europeus conquistaram o mundo, assim o Deus do cristianismo se fez desejável como fundamento do conhecimento. Depois de conquistar o mundo, os homens europeus alcançaram qualidades “divinas” que lhes davam um privilégio epistemológico sobre os demais. O que conecta o “conquisto, logo existo” (Ego conquiro) com o idólatrico “penso, logo existo” (Ego cogito) é o racismo/sexismo epistêmico produzido pelo “extermino, logo existo” (Ego extermino). É a lógica conjunta do genocídio/epistemicídio que serve de mediação entre o “conquisto” e o racismo/sexismo epistêmico do “penso” como novo fundamento do conhecimento do mundo moderno e colonial. O Ego extermino é a condição sócio-histórica estrutural que faz possível a conexão entre o Ego coquiro e o Ego cogito (GROSFOGUEL, 2016, p. 30-31).

Ao tratar dos genocídios/epistemicídios que foram estruturando a sociedade eurocêntrica moderna, Grosfoguel (2016) ressalta a existência de quatro principais formas de extermínio e silenciamento, que devem ser considerados como produto do mesmo processo histórico de dominação que culminou com a atual formatação do campo acadêmico, epistemológico, social, cultural e ontológico, marcados pelo privilégio dos homens ocidentais: 1) contra os muçulmanos e judeus em busca da pureza do sangue na conquista de Al-Andaluz; 2) contra os povos indígenas nas américas e aborígenes na Ásia; 3) contra os africanos escravizados no continente americano e; 4) contra as mulheres que produziam e transmitiam conhecimentos e foram queimadas nas fogueiras como bruxas na Europa.

Deste modo, entendendo que o fim do colonialismo (como forma de dominação política e econômica) não significou o término da colonialidade (como mediação das relações sociais, culturais e intelectuais), nos termos de Quijano (2020), percebemos que no campo da produção do conhecimento geográfico as influências do pensamento europeu continuam a ser centrais para o desenvolvimento desta ciência, como nas demais ciências modernas ocidentais, visto que seus métodos, teorias e conceitos são perpassados por essa visão hegemônica, que silencia as demais epistemes.

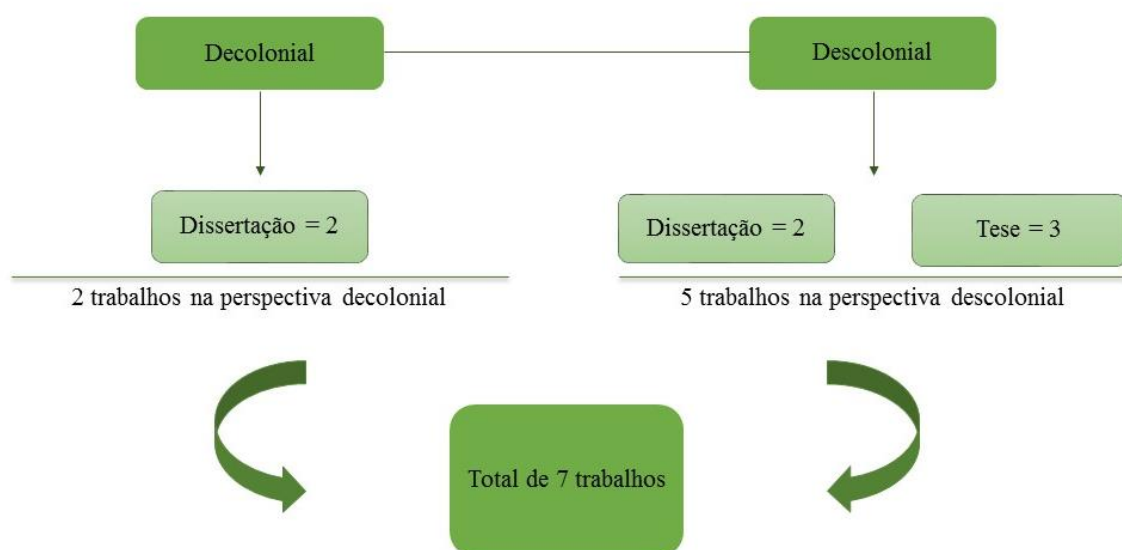
Em busca de superar a colonialidade na produção do conhecimento, na década de 1990 houve um esforço conjunto de intelectuais que iniciaram uma crítica ainda mais radical e contundente à herança eurocêntrica presente nas sociedades latino-americanas, seja na forma das relações de poder, na maneira de produção do conhecimento ou na produção das sociabilidades e subjetividades cotidianas (CRUZ, 2017). Nessa conjuntura, pode-se dizer que é a partir do século XX que ganha força a tentativa de dar protagonismo a formas de conhecimentos pautadas em outras

bases epistemológicas no mundo ocidental, quando se resgatam outros saberes que ultrapassam a hegemonia do eurocentrismo e que foram silenciados por ele.

Desta maneira, outras formas de pensar vêm sendo (re)construídas e denominadas com algumas variações como: pensamento de(s)colonial, estudos subalternos, teoria anticolonial e pós-colonial, epistemologias do Sul. Essas, por sua vez, iniciam-se em várias partes do mundo, a partir de pesquisas, publicações, debates, palestras e etc. Assim, embora no presente artigo abordemos a perspectiva de(s)colonial, achamos válido mencionar que existem outras vertentes, outras variações de termos e posturas que também questionam a hegemonia do pensamento centrado na matriz eurocêntrica no intuito de valorizar os múltiplos saberes que historicamente foram silenciados e inferiorizados.

Diante disso, considerando o objetivo de traçar um panorama da perspectiva de(s)colonial no âmbito da pós-graduação em Geografia no Brasil, realizou-se uma análise das Teses e Dissertações nas quais as perspectivas de(s)colonial = decolonial e descolonial foram trabalhadas. A partir do levantamento dos dados bibliométricos no acervo da CAPES foi possível identificar um total de 7 trabalhos defendidos entre os anos de 2010 a 2018 que abordavam essa perspectiva, sendo deste total, 3 Teses e 4 Dissertações. A nível de detalhamento, o termo com o “s”, descolonial, foi apresentado em 5 trabalhos, enquanto o termo sem o “s”, decolonial, foi contemplado em 2 trabalhos, conforme demonstra a (Figura 2).

Figura 2: Trabalhos na pós-graduação da Geografia brasileira sobre a perspectiva de(s)colonial entre os anos de 2010 a 2018



Fonte: CAPES (2019).

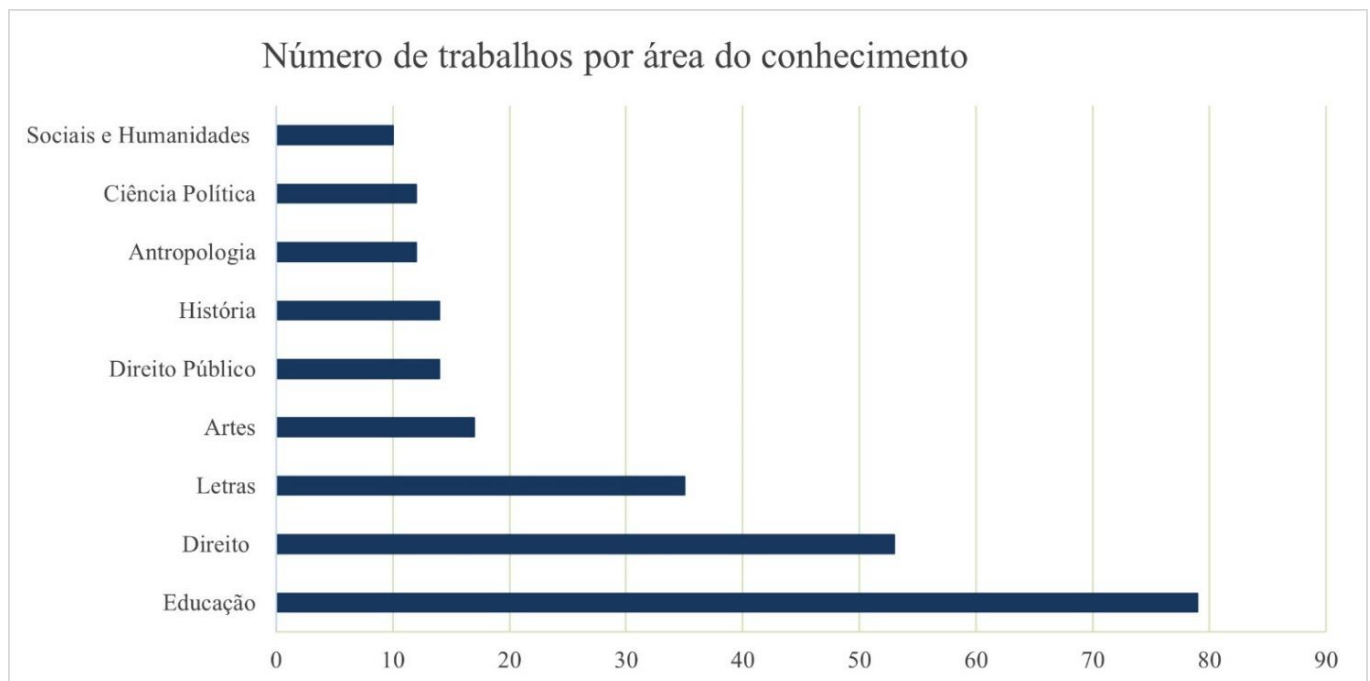
Org.: Elaborado pelas autoras (2020).

Cabe salientar que o recorte temporal (2010 - 2018) se deu em função dos anos em que foram encontrados trabalhos sobre essa perspectiva disponibilizados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, ao filtrar nas buscas as palavras entre aspas “decolonial” e “descolonial”. Ou seja, segundo essa base de dados, anteriormente ao ano de 2010 nenhum trabalho foi defendido na pós-graduação em Geografia explicitando essa perspectiva nas palavras-chave, resumos ou títulos.

Logo, o recorte temporal da análise se centrou no intervalo entre os anos de 2010 a 2018, pelo fato de que até o momento da finalização do levantamento bibliométrico que baseou esta análise, a disponibilização das obras de 2019 na plataforma da CAPES não estavam completas, ou seja, a consideração do ano de 2019 geraria um resultado parcial da análise³.

Em trabalho anterior, Silva (2020) identificou que uma das primeiras Teses e Dissertações a serem defendidas no Brasil com a perspectiva de(s)colonial foi feita no âmbito da ciência geográfica, no ano de 2010. No entanto, apesar do pioneirismo, ao longo do período analisado, a Geografia apresenta um crescimento muito sutil no número de Teses e Dissertações associadas a essa abordagem, se comparada a outras ciências que concentraram um volume maior de trabalhos, como a área de Educação e Direito, por exemplo, como pode ser visto nas (Figuras 3 e 4).

Figura 3: Áreas do conhecimento que mais apresentam trabalhos sobre a perspectiva de(s)colonial entre os anos de 2010 a 2018

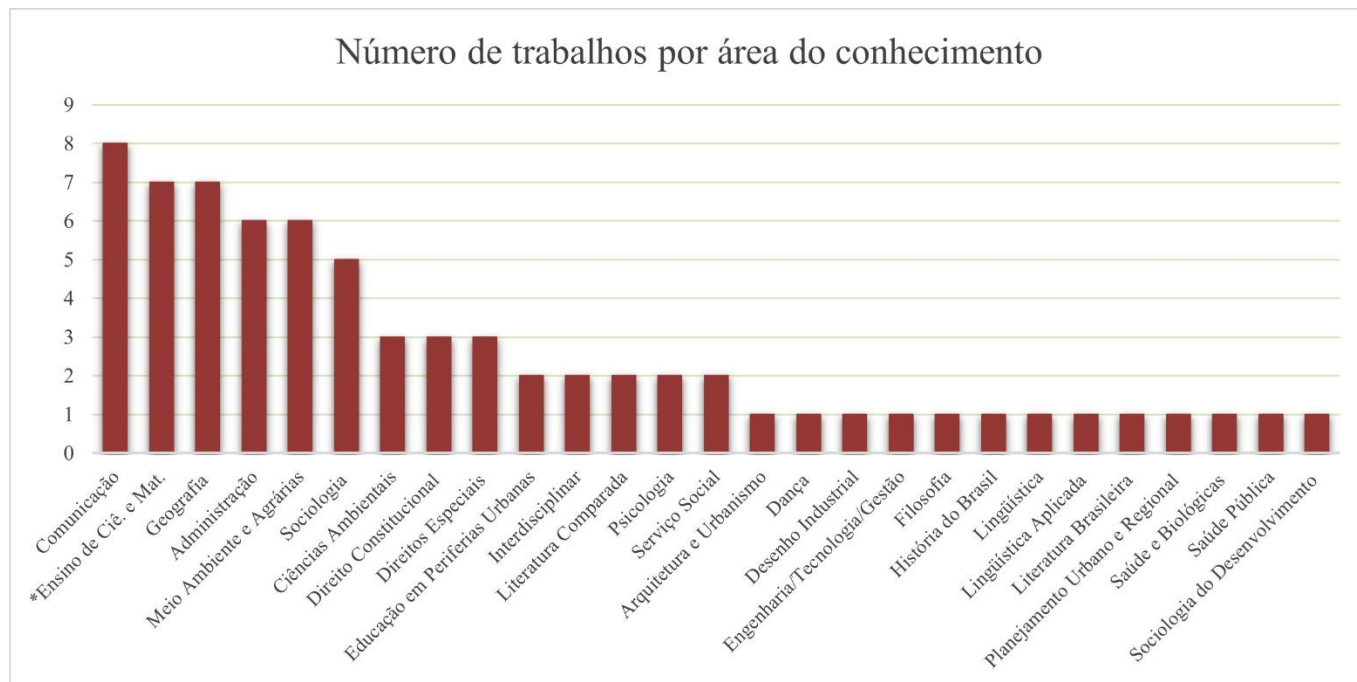


Fonte: CAPES (2019).

Org.: Elaborado pelas autoras (2020).

³ O recorte temporal do levantamento bibliométrico deste artigo se baseou na Dissertação defendida pela primeira autora no ano de 2020.

Figura 4: Áreas do conhecimento que menos apresentam trabalhos sobre a perspectiva de(s)colonial entre os anos de 2010 a 2018



*Ensino de Ciê. e Mat. = Ensino de Ciências e Matemática
Fonte: CAPES (2019).

Org.: Elaborado pelas autoras (2020).

Conforme o exposto nas **(Figuras 3 e 4)** pode-se argumentar que a ciência geográfica é uma das áreas consideradas pela CAPES que menos trabalha com tal perspectiva nas pesquisas de pós-graduação no Brasil, principalmente se compararmos às áreas como: Educação, Direito e Letras (áreas do conhecimento que mais abordam a perspectiva de(s)colonial em seus estudos segundo o catálogo CAPES). Ao identificarmos a existência de apenas 7 trabalhos defendidos com essa perspectiva ao longo dos anos de 2010 a 2018, constatamos que esses não contabilizam nem 1 trabalho por ano no período considerado.

É importante ressaltar que além das Teses e Dissertações, há outros níveis de trabalhos e discussões que vêm inserindo a perspectiva de(s)colonial na Geografia brasileira, como por exemplo os TCCs - Trabalhos de Conclusão de Curso, artigos científicos, mesas redondas, grupos de estudos e etc. No entanto, o enfoque do presente artigo nas Teses e Dissertações nos permite traçar um panorama da temática no âmbito da pós-graduação, demonstrando que a ciência geográfica está entre as áreas do conhecimento que menos aborda tal perspectiva nesse nível de pesquisa.

Com relação aos sete trabalhos defendidos na ciência geográfica, as características destes podem ser melhor visualizadas na **(Figura 5)**:

Figura 5: Trabalhos com a perspectiva de(s)colonial analisados na ciência geográfica entre os anos de 2010 a 2018

Perspectiva	Nível de Trabalho	Autor (a)	Título do Trabalho	Ano	Instituição
Decolonial	Dissertação	Pedro de Araújo Quental	Entre o fato e o artefato: a invenção do conceito de América Latina	2010	UFF/Niterói
Descolonial	Tese	Márcio Freitas Eduardo	Transformando Terra em Território: Construção e Dinâmica do Sistema Local Territorial Agroecológico em Francisco Beltrão, Paraná	2014	UNESP/Presidente Prudente
Descolonial	Tese	Edir Augusto Dias Pereira	As Encruzilhadas das Territorialidades Ribeirinhas: Transformações no Exercício Espacial do Poder em Comunidades Ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense	2014	UFF/Niterói
Descolonial	Dissertação	Maicon Gilvan Lima Campos	Especulações Geográficas no Sistema de Hegel: A Ideia de "Base Geográfica da História"	2015	UERJ/São Gonçalo
Descolonial	Dissertação	Otávio Gomes Rocha	Narrativas Cartográficas Contemporâneas nos Enredos da Colonialidade do Poder	2015	UFPR/Curitiba
Descolonial	Tese	Ana Paula de Moura Varanda	Microempreendedorismo de Raiz Popular e Políticas Sociais de Inclusão Produtiva: do Comércio das Diferenças ao Reconhecimento da Diversidade Econômica nas Favelas	2016	UFF/Niterói
Decolonial	Dissertação	Rafael Cordeiro da Cruz	Territorialidade autônoma, utopia e geografia decolonial para o direito à cidade: um ensaio sobre o carnaval de rua no Rio de Janeiro	2017	UFRRJ/Seropédica

Fonte: CAPES (2019).

Org.: Elaborado pelas autoras (2020).

A disposição dos dados apresentados na **(Figura 5)** demonstra que, majoritariamente, as Instituições que abordam a perspectiva de(s)colonial na pós-graduação em Geografia são universidades públicas

que se encontram no Estado do Rio de Janeiro, com destaque para a Universidade Federal Fluminense (UFF/Niterói).

No mais, podemos concluir que as Teses e Dissertações ligadas à abordagem de(s)colonial defendidas entre os anos de 2010 a 2018 estão espacialmente situadas na região Sul e, principalmente, no Sudeste. Em conformidade com Cruz (2017) acreditamos que essa distribuição geográfica se deva à geopolítica da produção do conhecimento que:

(...) se reproduz em outras escalas e sustenta um imaginário moderno colonial a exemplo do que ocorre no Brasil, onde há claramente uma postura de privilégio do Sudeste como região central de produção intelectual e artística, deixando marginalizadas as produções intelectual e artística em regiões como Nordeste e Amazônia (CRUZ, 2017, p. 28).

Nesse sentido, cabe a reflexão de Porto-Gonçalves (2005, p. 3) de que: “No Brasil, há o nordestino, o sulista e o nortista, mas não há o sudestino, nem o centrooestista. Afinal, o Sudeste é o centro e, como tal, não é parte. É o todo! E a melhor dominação, sabemos, é aquela que, naturalizada, não aparece como tal”. Deste modo, podemos considerar que a concentração de programas de pós-graduação em Geografia no Sudeste e no Sul é fruto desse processo de valorização de determinados espaços, o que acaba por revelar uma distribuição desigual dos pólos de produção do conhecimento no país.

Realizando uma análise um pouco mais minuciosa sobre os sete trabalhos identificados, através da leitura do resumo de suas pesquisas, pôde-se observar os tipos de estudos que estão abordando a perspectiva de(s)colonial na Geografia, identificando quais os orientadores desses trabalhos e quais as subáreas da ciência geográfica às quais esses trabalhos se associam.

No que se refere à pesquisa de Quental (2010), defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF/Niterói, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves, tal autor buscou por meio do pensamento decolonial recuperar e explicitar o conteúdo político e de ação no mundo presente sobre o conceito de América Latina. O trabalho tem o intuito de oferecer instrumentos relevantes para a problematização de conceitos geográficos que são grandemente arraigados e naturalizados no nosso imaginário de mundo, o quê, por sua vez, faz com que não questionemos sua origem, seu conteúdo histórico e político. As palavras-chave do seu resumo são: América Latina; América; História dos Conceitos; Colonialidade do Poder; Sistema Mundo Moderno-Colonial e; Região.

Sobre a Tese de Eduardo (2014), do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Presidente Prudente, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Aurelio Saquet e coorientação do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, destacamos que tal pesquisa teve como objetivo geral

compreender a origem e a dinâmica atual do movimento agroecológico em Francisco Beltrão/PR, através da organização produtiva das famílias e da mediação de diversos sujeitos na constituição de territorialidades-rede, elaborando uma leitura do desenvolvimento que toma como referência o sistema territorial. O autor considera que a descolonialidade do saber se torna imprescindível para a construção de novos arranjos territoriais (redes, escalas e tempos) com base na expansão da autonomia relativa ao capital e na reprodução da vida (e intrínseco da política, da economia, da natureza interior e exterior ao homem e da cultura) com liberdade e criatividade. As palavras-chave de seu resumo são: Agroecologia; Territorialidade Ativa; Desenvolvimento Territorial e; Projeto Ecológico Camponês.

No que tange à Tese de Pereira (2014), defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF/Niterói, sob a orientação do Prof. Dr. Rogério Haesbaert da Costa, temos que esse autor buscou compreender as comunidades ribeirinhas da Amazônia, procurando analisar as estratégias territoriais que constituem as práticas sócio-espaciais de agentes de comunidades ribeirinhas, diante da construção de novas formas de vínculos, conexões e intercâmbios territoriais que definem o exercício espacial do poder nestas comunidades. O autor utiliza a perspectiva descolonial como um pano de fundo e ao mesmo tempo como um vetor de orientação da análise geográfica das comunidades ribeirinhas da Amazônia. As palavras-chave do seu resumo são: Amazônia; Comunidades Ribeirinhas; Territorialidades; Colonialidade e; Mediadores locais.

No que se refere aos estudos de Campos (2015), do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ/São Gonçalo, sob a orientação do Prof. Dr. Andreilino Campos e coorientação da Prof. Dra. Márcia Cristina Ferreira Gonçalves, esse realizou uma análise sobre as especulações geográficas no sistema de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), com a intenção de compreender a ideia de “base geográfica da história” nas obras desse pensador. Para tanto, um dos objetivos de sua pesquisa foi avaliar as críticas sobre as especulações geográficas do sistema de Hegel realizadas pelo movimento de renovação crítica da Geografia e pela perspectiva descolonial, que o acusavam de um discurso eurocêntrico, de conotação etnocêntrica e determinista. As palavras-chave do seu resumo são: Hegel; Geografia e; Base Geográfica da História.

No que corresponde à pesquisa de Rocha (2015), defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR/Curitiba, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez, o estudioso buscou investigar através de uma proposta exploratória, trajetórias outras, “mais além” das narrativas hegemônicas para compreender a atualidade da cartografia, utilizando-se para isso a perspectiva descolonial. O autor entende a colonialidade como o lado oculto e indissociável da modernidade, considerando que a riqueza da experiência social do mundo sempre esteve além

daquilo que é aceito e divulgado pelos padrões institucionalizados de saber do Ocidente. As palavras-chave do seu trabalho são: Cartografia; Modernidade e Colonialidade do Poder.

No que concerne ao trabalho de Varanda (2016), do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF/Niterói, sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Piñon de Oliveira, a autora teve como objetivo geral refletir sobre as singularidades que caracterizam um conjunto de práticas econômicas desenvolvidas por trabalhadores e trabalhadoras nas favelas do Rio de Janeiro, através do trabalho por conta própria e da criação de pequenos negócios nestes locais. Tal pesquisa se desenvolveu a partir de fundamentos ético-políticos afirmados a partir do pensamento descolonial. A autora considera que a construção do conhecimento se inscreve em uma relação epistemológica que valoriza a intersubjetividade entre sujeitos como base para a criação de condições de inteligibilidade entre diferentes saberes e modos de vida. As palavras-chave do seu resumo são: Microempreendedorismo de Raiz Popular; Feminismo; Diversidade econômica e Políticas Sociais de Inclusão Produtiva.

Por último, a Dissertação de Cruz (2017), defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ/Seropédica, sob a orientação do Prof. Dr. André Santos da Rocha, trabalhou os conceitos de autonomia e território, buscando à luz da Geografia Anarquista e Decolonial demonstrar que no carnaval de rua do Rio de Janeiro existem fissuras capazes de aglutinar diferentes nichos da luta anti-sistêmica. Os objetivos variaram entre a construção de uma noção de territorialidade autônoma, a crítica à racionalidade urbana, até a construção de estratégias de luta, utilizando espaços-tempo caóticos, como o Carnaval. O autor demonstra que o Carnaval não se resume à folia, mas também à junção de demandas coletivas e individuais, às transformações no uso e apropriação de espaços da cidade e à possibilidades de mudança nas formas de enxergar e debater a emancipação nesses espaços-tempos. As palavras-chave do seu resumo são: Autonomia; Carnaval e; Territorialidades Autônomas.

Após essa síntese, é interessante observar que numa interpretação binária de mundo: homens x mulheres, dentre os 7 trabalhos analisados, apenas 1 possui mulher como autora (VARANDA, 2016), o restante são todos homens. Isso pode se justificar, de acordo com Silva; Cesar; Pinto (2020), pois, apesar de nos últimos anos ocorrer um crescimento da participação feminina na pós-graduação em Geografia no Brasil, as disparidades de gênero com superioridade masculina ainda é uma realidade, sendo a diferença menor no mestrado e maior no doutorado.

Além disso, se observarmos as orientações e coorientações dos trabalhos analisados, na sua grande maioria são professores, tendo 1 (única) professora na coorientação, que é o caso do trabalho de Campos (2015), coorientado pela Prof. Dra. Márcia Cristina Ferreira Gonçalves. No levantamento de

características destes trabalhos, elaboramos um ranking das 5 palavras mais usadas, como apresentado na (**Figura 7**) a seguir:

Figura 7: Principais palavras inclusas nas palavras-chave dos resumos

PALAVRA	QUANTIDADE
COLONIALIDADE	3
TERRITORIALIDADES	3
PODER	2
AMÉRICA	2
HISTÓRIA	2

Fonte: CAPES (2019).

Org.: Elaborado pelas autoras (2020).

Percebe-se uma frequência maior dos termos Colonialidade e Territorialidade, demonstrando o interesse em compreender as imbricações entre a produção das territorialidades e os padrões hegemônicos advindos da colonialidade do poder. A palavra América, referente à América Latina e/ou a América como primeira “identidade” da modernidade, também compareceu, a palavra História, se referindo a história de conceitos e história das bases geográficas.

Por meio dessa contextualização e sintetização das características das Teses e Dissertações na perspectiva de(s)colonial defendidas na Geografia entre os anos de 2010 a 2018, comprova-se que a expansão desses estudos está ligada à preocupação com a reflexão teórica e epistemológica da ciência geográfica, com revisões historiográficas e de seu arcabouço conceitual e metodológico, principalmente quando falamos da Dissertação na perspectiva decolonial de Quental (2010), da Dissertação na perspectiva descolonial de Campos (2015) e da Dissertação na perspectiva descolonial de Rocha (2015) que trabalham em uma abordagem mais epistemológica.

Essa constatação de forma alguma pressupõe que as outras pesquisas analisadas não apresentam um viés teórico e conceitual. Entretanto, quanto aos estudos das Teses na perspectiva descolonial de Eduardo (2014), de Pereira (2014), de Varanda (2016) e da Dissertação na perspectiva decolonial de Cruz (2017), identificamos que para além da abordagem teórica, trabalham com estudos de casos localmente situados, procurando examinar os processos de composição da colonialidade nesses espaços.

De maneira geral, esse conjunto de trabalhos retrata um movimento amplo de resistência, reorganização e rearticulação em várias escalas, espaços, territórios e lugares, seja na comunidade ribeirinha, nas famílias da agroecologia, nos trabalhadores e trabalhadoras das favelas ou no uso e apropriação de espaços como forma de construção do direito à cidade. Dito de outra maneira, trazem experiências concretas de luta, de re-existência e resistência de povos e comunidades que

em suas práticas cotidianas constroem outras possibilidades de vida, ancorando reflexões teóricas que buscam avançar para além das heranças eurocêntricas que influenciam a produção do conhecimento geográfico até os dias atuais.

Com a finalidade de investigar um pouco mais sobre as características das Teses e Dissertações que abordam a perspectiva de(s)colonial identificadas no período de 2010 a 2018, buscamos observar as Linhas de Pesquisa nas quais se inserem os trabalhos em questão. Dentre os dados disponibilizados pela CAPES foi possível identificar as Linhas de Pesquisa de 6 trabalhos: a) Ordenamento Territorial Urbano-Regional (2 trabalhos se inserem nessa Linha de Pesquisa); b) Geografia e Relações de Poder; c) Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional; d) Desenvolvimento Territorial e; e) Espaço e Política.

Considerando que a linha de pesquisa é um núcleo temático de atividade dentro do programa de pós-graduação, é possível identificar que no âmbito da Geografia a questão espacial, regional, urbana e, principalmente, a questão territorial estão ganhando destaque na perspectiva de(s)colonial.

Alguns desses termos estão intimamente ligados às categorias de análise tradicionais da ciência geográfica, como: espaço, território e região. O que nos traduz que tais categorias têm sido incorporadas por esses autores (as) na renovação do pensamento crítico no que se refere às perspectivas de(s)colonial no âmbito geográfico, por meio da ressignificação desses conceitos, cujos entendimentos passam a ser construídos em novas bases.

Esse aspecto conceitual é importante e vai de encontro com o pensamento de Cruz (2017), que nos lembra que é preciso ultrapassar a ideia de que a perspectiva de(s)colonial tem a ver com certas temáticas, situações e sujeitos específicos. Segundo o autor, o giro descolonial não pode ser feito a partir de uma utilização superficial dos conceitos geográficos, visto que eles são carregados de conteúdos cognitivos e políticos fundamentais para a construção do pensamento crítico decolonial. Desta forma, percebemos que a abordagem de(s)colonial não propõe um apagamento daquilo que já foi produzido em termos de teorias e conceitos, mesmo que eurocêntricos. O que se busca é a superação deles como forma única de compreender o mundo e isso só é possível a partir do diálogo entre os conceitos estabelecidos e os que estão em construção. Nas palavras de Cruz (2017):

O giro decolonial inaugura novas perspectivas epistemológicas, teóricas, metodológicas com grandes implicações éticas e políticas no pensar e fazer geográfico como um todo. Por outro lado, as categorias, os conceitos e as noções geográficas têm sido incorporados pelos(as) autores(as) do pensamento descolonial de forma parcial e precária reduzindo a geograficidade a metáforas espaciais. Categorias e conceitos como espaço, território, lugar, escala etc. são de grande potencial cognitivo e político para renovação do pensamento crítico e para ampliação e enriquecimento dos estudos descoloniais. Contudo seu uso precisa ultrapassar o sentido metafórico e ganhar consistência teórico-metodológica capaz

de considerar a geograficidade como um elemento essencial em termos ontológicos e epistemológicos para compreensão de nossas sociedades. É necessário realizarmos um verdadeiro giro espacial/territorial para que se realize plenamente um giro decolonial. Para efetivar tal projeto, faz-se necessária a incorporação do patrimônio intelectual acumulado pela geografia às reflexões do pensamento decolonial. Do mesmo modo, precisamos extrair todas as consequências epistêmicas, teóricas e metodológicas da incorporação do pensamento decolonial no campo da geografia. Essa é uma árdua tarefa coletiva que está por se fazer (CRUZ, 2017, p. 30).

A partir das constatações realizadas, podemos observar que a perspectiva de(s)colonial ainda não constitui um caminho epistemológico consolidado na Geografia, embora a perspectiva comece a ser discutida nesse âmbito. Quando tratamos da perspectiva de(s)colonial na produção do conhecimento científico, tratamos então, de um processo em curso, de caminhos a serem percorridos, que vai muito além de uma proposta simplesmente temática. O que a abordagem de(s)colonial agrega na produção do conhecimento é a possibilidade de refundar o pensamento crítico, questionando as bases do pensamento hegemônico e da formação colonial da nossa sociedade, refletindo, sobretudo, sobre as consequências da colonialidade na definição das ontologias e das epistemologias a serem universalizadas em detrimento de um conjunto de outras que são violentamente silenciadas. Nesse sentido, as geograficidades, as geo-grafias tem muito a contribuir para esse giro de(s)colonial.

Por que é importante de(s)colonizar a Geografia?

O ponto de partida para essa resposta parte do entendimento de que desde o início da história da ciência geográfica e ao longo da evolução do pensamento desta ciência, suas bases epistemológicas foram pautadas em invisibilizações importantes, posto que durante muito tempo as teorias e conceitos da Geografia não consideravam as contribuições daqueles que são intitulados diferentes, não hegemônicos, periféricos e não modernos.

Esse processo de silenciamento é ainda mais grave se considerarmos que a Geografia é uma ciência que tem como um de seus objetivos compreender a variedade de processos espaciais existentes no globo. Como atender a esse objetivo se continuamos a usar a métrica eurocêntrica/branca/masculina/heterossexual para analisar a existência de sociedades e espaços nas diferentes partes do mundo? Fica claro que a ciência geográfica deveria ter como questão ontológica central a valorização da multiplicidade de possibilidades de existências, culturas e epistemes - objetivo que fica limitado e superficial se continuamos a olhar para certos processos e sujeitos como subalternos ou menos importantes, ou seja, se continuarmos a estudá-los a partir das

bases epistemológicas assimétricas nas quais a Geografia se assenta, contribuindo para a perpetuação das desigualdades socioespaciais que são seu objeto de análise.

Foi longo o caminho para compreendermos/definirmos que a Geografia deve encarar o espaço enquanto uma relação/interação sociedade e natureza e não um espaço absoluto enquanto superfície e/ou palco, nada mais urgente (e reparador) levar em consideração que esse espaço geográfico contém uma teia de multiplicidade que a universalidade e a “única narrativa”, como diria Massey (2008), não dá conta de responder. Ainda, como argumenta Massey (2008), é enxergando o espaço – objeto de estudo da ciência geográfica – como aberto, em construção, que conseguiremos encará-lo como esfera da possibilidade da existência da multiplicidade.

Não é possível produzir uma ciência geográfica crítica, libertadora e revolucionária se não questionarmos as amarras que perpassam a construção do nosso pensamento nas ciências modernas, que circunscrevem, inclusive, o que entendemos por liberdade e revolução.

Propor a construção/revalorização de outras epistemologias que superem a herança das colonialidades presentes em nosso pensamento não significa desmerecer ou questionar a importância do pensamento produzido a partir das matrizes hegemônicas/eurocêntricas, mas sim reconhecer as limitações desse tipo de conhecimento, que desconsidera outras matrizes de vida e de pensamento. A incorporação de outras visões na construção epistemológica da Geografia é uma forma de agregar e enriquecer suas análises, posto que a multiplicidade geográfica deveria estar sempre presente no pensamento dos geógrafos/as/es. É nesse ponto que consideramos que a perspectiva de(s)colonial é capaz de trazer para a ciência geográfica a ampliação de seus horizontes. Em concordância com Guimarães (2018), entendemos que a Geografia, ao menos a brasileira, se mantém conservadora em muitas das suas áreas de estudos e por isso acaba deixando de lado ou considerando como menos importantes debates considerados complexos, delicados e até mesmo “tabus”, como por exemplo, estudos sobre gênero, sexualidade, racismo, antirracismo e etc., que vêm sendo incorporados na ciência geográfica, mas não sem resistências e tensionamentos.

Para Castro-Gomez e Grosfoguel (2007), somente a de(s)colonização com suas múltiplas relações: raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas, econômicas e de gênero, será capaz de romper com as múltiplas estruturas de dominação. Portanto, incluir esses debates nas análises geográficas é tão essencial quanto compreender as relações socioeconômicas, políticas e culturais, pois essas questões também são definidoras dos espaços geográficos (GUIMARÃES, 2018), permitindo a construção de uma Geografia que seja capaz de romper com as colonialidades impostas pelo sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno.

Considerando que a Geografia tem muito a percorrer nesse caminho de refundar suas bases epistemológicas em busca de um conhecimento crítico de(s)colonizado, trazemos o pensamento de Grosfoguel (2016), que nos dá indicativos importantes de processos necessários para de(s)colonizar as estruturas do pensamento da ciência ocidental como um todo e que podem ser utilizados para repensar a produção do pensamento geográfico:

1. Reconhecimento do provincialismo e do racismo/sexismo epistêmico que constituem a estrutura fundamental resultante de um genocídio/epistemicídio implementado pelo projeto colonial e patriarcal do século XVI.
2. Rompimento com o universalismo onde um (“uni”) decide pelos outros, a saber, a epistemologia ocidental.
3. Encaminhamento da diversidade epistêmica para o cânone do pensamento, criando o pluralismo de sentidos e conceitos, onde a conversação interepistêmica, entre muitas tradições epistemológicas, produz novas redefinições para velhos conceitos e cria novos conceitos plurais com “muitos decidindo por muitos” (pluri-verso), em lugar de “um definir pelos outros” (uni-verso) (GROSFOGUEL, 2016, p. 46).

Seguindo o convite de Ballestrin (2013), precisamos considerar e dialogar com o “giro decolonial” em curso na América Latina, ou, como nos lembra Cruz (2017), não é possível realizar uma descolonização que não passe pela descolonização epistêmica, sendo assim, uma Geografia de(s)colonial ainda está por se fazer.

Destacamos ainda, a importância da publicação do livro “Geografia e Giro Descolonial. Experiências, ideias e horizontes da renovação do pensamento crítico, organizado por Valter do Carmo Cruz e Denilson Araújo de Oliveira, publicado em 2017 pela editora Letra Capital. Neste livro, dois autores (Edir Augusto Dias Pereira e Otávio Gomes Rocha) e dois orientadores (Carlos Walter Porto Gonçalves e Jorge Montenegro) das Teses e Dissertações analisadas neste artigo publicaram capítulos. Nesta publicação são reunidas as contribuições de 17 pesquisadores em diferentes estágios de formação, como resultado das discussões realizadas no “I Seminário Geografia e Giro Descolonial: Experiências, pensamentos e horizontes de renovação do pensamento crítico” realizado em 2014 na Universidade Federal Fluminense. O livro é dividido em quatro partes: a) “Geografia e giro decolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico” - que traz discussões conceituais acerca da perspectiva decolonial e a ciência geográfica, b) “Raça, espaço e colonialidade do poder, do saber e do ser” - que trabalha a questão do racismo como elemento estruturante da colonialidade do poder, evidenciando as resistências dos movimentos que criam "contraespaços antirracistas e descoloniais" (2017, p. 11); c) “Povos indígenas e comunidades tradicionais e as lutas pela descolonização do saber, do poder e do território” - que apresenta trabalhos que demonstram como diferentes povos tradicionais como indígenas e quilombolas enfrentam as imposições das políticas colonizadas do Estado e do grande capital, criando "práticas de re-existência fundadas em

outras racionalidades, saberes e outras formas de viver e existir" (2017, p. 11); e d) "Representações e imaginários geográficos (des)coloniais" - que congrega trabalhos que apresentam como os discursos hegemônicos pautam estigmatizações, invisibilizações e estereótipos que são acionados para negar as diferenças e alteridades.

Desta forma, consideramos que esta obra é uma referência importante para que possamos pensar numa refundação do pensamento crítico na Geografia, trazendo contribuições teóricas e empíricas para ancorar novas reflexões e possibilidades analíticas. É nesse sentido que damos destaque para o pensamento de Cruz (2017) que apresenta um conjunto de sete desafios para realizarmos o giro descolonial na Geografia.

Segundo o autor, há muito que se caminhar para que a abordagem geográfica crítica seja reconstruída com bases na perspectiva descolonial, exigindo transformações profundas nos contextos de enunciação das ideias, nos alcances de nossos conceitos, nas imbricações entre teoria e prática, nos patamares escalares das análises, nas nossas metodologias e linguagens, nas nossas referências estéticas e em nossas práticas pedagógicas. O que se propõe, portanto, é a criação de uma Geografia outra, que supere as limitações colocadas pela colonialidade do ser, do poder e do saber (QUIJANO, 2005). Sendo assim, trazemos as reflexões de Cruz como um chamado para pensarmos na transformação da ciência geográfica brasileira. A partir das proposições do autor (2017, p. 28-32), identificamos que os principais desafios que precisamos enfrentar são:

- 1) Construir de um pensamento descolonial enraizado nas especificidades e singularidades da formação socioespacial brasileira, com a valorização das características de nossa realidade socioespacial no diálogo entre o pensamento crítico brasileiro tradicional e a matriz de pensamento descolonial, pós-colonial e dos estudos subalternos do Caribe, da Índia, da África, etc.
- 2) Realizar um efetivo giro espacial/territorial, pautado na recolocação conceitual da Geografia, partindo do conhecimento acumulado, mas visando a reconstrução de nossos conceitos e categorias de análise em novas bases.
- 3) Superar o debate epistêmico e teórico abstrato a partir da incorporação de experiências e casos concretos centralizados nas vivências periféricas. Isso porque temos a necessidade de estudos que nos forneçam um "diagnóstico de nossa realidade, uma ontologia política descolonial do presente" (p. 30). Ou seja, realizar "estudos que possam ajudar a compreender quem somos nós e o que estamos fazendo de nós mesmos como sociedade, construir genealogias de nossa experiência moderna-colonial concretamente" (p. 30).
- 4) Construir uma abordagem multiescalar que congregue os aspectos macro e micropolíticos da colonialidade, fomentando estudos que valorizem os elementos estruturais e as práticas

- cotidianas, construindo uma “uma leitura histórica e geográfica que envolva uma multiplicidade de temporalidades e ritmos, capaz de abarcar a complexidade dos processos concretos” (p. 31).
- 5) Estabelecer uma maneira de lidar com os tensionamentos existentes no processo de construção de pensamentos novos, descolonizados, a partir de metodologias e linguagens antigas. É preciso construir metodologias que promovam o diálogo entre as múltiplas formas de saberes e racionalidades. “Precisamos encontrar metodologias, linguagens e formas de expressão que possam traduzir as experiências e os saberes de grupos subalternizados em um registro descolonial” (p. 31).
 - 6) Construir uma nova estética descolonial. Além das transformações epistemológicas, é preciso superar a colonialidade para além do pensamento conceitual e da dimensão cognitiva racional. Isso porque o “giro descolonial com implicações ontológicas necessita não só de uma nova epistemologia, de uma política e uma nova ética, necessita também de novas referências estéticas/poéticas” (p. 32). Nesse sentido, “os potenciais imagético, metafórico, narrativo e sonoro são essenciais para construirmos o exercício cotidiano de descolonização do poder, do saber, do ser e da natureza” (p. 32).
 - 7) Construir novas práticas pedagógicas, que repensem os currículos, as metodologias de ensino, as formas de avaliação etc., fazendo com que os próprios princípios das escolas e universidades sejam reconstruídos com bases descoloniais.

Sendo assim, pensando nesse cenário e considerando que na Geografia há a disseminação contínua de um saber eurocêntrico/branco/masculino/heterossexual que se pautou nos valores e na hegemonia dos povos ditos modernos, os colonizadores e civilizadores da humanidade (SILVA et al, 2009), consideramos que a construção de outros tipos de conhecimento deve ser valorizada no âmbito de uma renovação do pensamento crítico geográfico a partir da perspectiva de(s)colonial. É preciso considerar outras matrizes de vida e de pensamento que não seja a perspectiva dominante/hegemônica de construção do conhecimento histórico e social, visto que o conhecimento válido não é apenas aquele proveniente das “fábricas epistemológicas da Europa e dos Estados Unidos”, tão pouco ele é uni-versal, mas sim pluri-versal (MIGNOLO, 2007, 2017). Os lugares de onde falamos também são lugares de produção de conhecimentos relevantes. Na visão de Haraway (1995) e, em concordância com a autora, é de suma importância produzir um conhecimento corporificado, pois, o saber é produzido por corpos e, sendo assim, fundamental reconhecer a localização social e política que estes corpos ocupam na estrutura. Consequentemente, a construção desse conhecimento corporificado é localizado e parcial, longe de ser universal e abranger a totalidade. Afinal, de onde esse corpo fala é atravessado por marcadores como: cor, etnia, gênero, classe social, sexualidade, nacionalidade, entre outros aspectos que constroem os espaços e sociedades ao redor do mundo.

Para não finalizar: um convite para percorrermos outro(s) caminho(s)

Os dados identificados a partir da análise bibliométrica realizada neste artigo, das Teses e Dissertações sobre a perspectiva de(s)colonial, seja ela na ciência geográfica ou em outras ciências no geral, nos revelam que esse é um debate recente, até mesmo pelo fato de que somente a partir do século XX se inicia um movimento sistemático expressivo de valorização da produção de conhecimentos em outras bases epistemológicas no mundo ocidental, quando se constroem outros saberes que buscam ultrapassar o hegemônico/dominante.

Em Silva (2020) identificou-se que a Geografia foi uma das primeiras áreas do conhecimento no país a apresentar a perspectiva de(s)colonial nos trabalhos de pós-graduação, tendo o primeiro trabalho sido defendido no ano de 2010. No entanto, apesar do pioneirismo, percebe-se que ao longo do tempo a ciência geográfica vem apresentando uma incorporação tímida da perspectiva de(s)colonial, se compararmos com o desenvolvimento desta abordagem em outras ciências humanas.

Entretanto, também é preciso reconhecer que, embora as Teses e Dissertações na área de Geografia nos anos de 2010 a 2018 serem numericamente pouco expressivas, esses trabalhos vão abrindo caminhos para a construção do pluralismo epistemológico ao trabalhar os conceitos geográficos em outras bases e vão se somando a outras iniciativas que têm buscado incorporar a perspectiva de(s)colonial no pensamento geográfico contemporâneo.

Diante desses importantes e complexos desafios colocados para a de(s)colonização do pensamento geográfico, percebemos que os caminhos a serem percorridos necessitam de esforços conjuntos e sistemáticos dos geógrafos/as/es, no sentido de repensarem suas práticas e pressupostos.

Diante disso, acreditamos que é pela via da perspectiva de(s)colonial que conseguiremos (re) construir, (re)pensar e (re) aprender a produção de um conhecimento científico com base em nossas vivências, necessidades, possibilidades e realidades, buscando romper com o perfil epistêmico dominante na produção do conhecimento ocidental que se dita como universal.

Assim, queremos com este artigo estimular (e convidar) a Geografia brasileira para o debate: para quê e por quê a Geografia precisa romper com a visão hegemônica de mundo (eurocêntrica/masculina/branca/heterossexual)? Essas são algumas perguntas bússolas que movimentam o nosso fazer ciência/Geografia. Além de provocar, também queremos reforçar que a reflexão precisa ser contínua – desses e outros questionamentos que se façam necessários pelo(s)

caminho(s) – e andar conjuntamente com a prática, rumo a uma Geografia de(s)colonial, que compreenda que o conhecimento é corporificado e o espaço geográfico múltiplo e plural.

Referências

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; ALVARENGA, Lidia. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v.16, n.31, p.51-70, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p51/17757>> Acesso em: 09 nov. 2020.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.11. p. 89-117, mai./ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 09 dez. 2020.

CAMPOS, Maicon Gilvan Lima. **Especulações geográficas no sistema de Hegel**: A ideia de “base geográfica da história”. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3168737> Acesso em: 14 out. 2020.

CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: _____. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 9-23. Disponível em: <<http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfuguelcastrogomez.pdf>> Acesso em: 23 dez. 2020.

CRUZ, Rafael Cordeiro da. **Territorialidade Autônoma, Utopia e Geografia Decolonial para o Direito à Cidade**: Um ensaio sobre o Carnaval de Rua no Rio de Janeiro. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2676?mode=full>. Acesso em: 14 out. 2020.

CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Org.'s). **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento Crítico. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. 388 p.

CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Org.'s). **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 15 – 36.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Transformando Terra em Território**: construção e dinâmica do sistema local territorial agroecológico em Francisco Beltrão, Paraná. 2014. 328 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente

Prudente, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1558684> Acesso em: 14 out. 2020.

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, jan-abr. 2016.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Frantz Fanon nos estudos geográficos patrimoniais. In: **COPENE – CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS**, 10., 2018. Anais eletrônicos...Uberlândia/MG: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2018, p. 1-15. Disponível em: <https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1528682989_ARQUIVO_FranztzFanonnosestudosgeograficospatrimoniais_textocompleto.pdf> Acesso em: 05 dez. 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: A Questão da Ciência para o Feminismo e o Privilégio da Perspectiva Parcial. **Revista Cadernos Pagu**, UNICAMP/Campinas, n.5, p.7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> Acesso em: 06 set. 2022.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá/Colombia, n.9, p.73-101, jul./dez., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a06.pdf> Acesso em: 25 ago. 2022.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis/SC, v. 22, n.3, p.935-952, set./dez., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755> Acesso em: 15 set. 2022.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: Uma Nova Política da Espacialidade**. Tradução: Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008. 312 p.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>> Acesso em: 18 nov. 2020.

MIGNOLO, Walter D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramon (Coord's.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 25-46. Disponível em: <<http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>> Acesso em: 23 nov. 2020.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas: transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina paraense**. 2014. 434 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/mencoeshonrosas/227947.pdf>> Acesso em: 14 out. 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgar (Coord.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, set. 2005. p. 3-5.

QUENTAL, Pedro de Araújo. **Entre o fato e o artefato: a invenção do conceito de América Latina**. 2010. 100 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. <Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/13634-52984-1-PB%20(1).pdf> Acesso em: 14 out. 2020.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgar. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

ROCHA, Otavio Gomes. **Narrativas Cartográficas Contemporâneas nos Enredos da Colonialidade do Poder**. 2015. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2383788> Acesso em: 14 out. 2020.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Moraes. Fazendo Geografias Feministas: apontamentos sobre desobediências epistemológicas. In: **Análises geográficas sobre o território brasileiro: dilemas estruturais à Covid-19**. ALVES, Flamarion Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro de (Org's). Alfenas/MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2020, p. 14-28.

SILVA, Joseli Maria et al. Algumas Reflexões sobre a Lógica Eurocêntrica da Ciência Geográfica e sua Subversão com a Emergência de Saberes não Hegemônicos. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v.2, n.19, p. 1-16, 1º semestre de 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/269434261_ALGUMAS_REFLEXOES_SOBRE_A_LOGIC_A_EUROCENTRICA_DA_CIENCIA_GEOGRAFICA_E_SUA_SUBVERSAO_COM_A_EMERGENCIA_DE_SABERES_NAO_HEGEMONICOS> Acesso em: 14 dez. 2020.

SILVA, Tatiane Regina da. **Geografia e Pensamento Decolonial: Um Diálogo Necessário**. 2020. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29285> Acesso em: 15 nov. 2020.

VARANDA, Ana Paula de Moura. **Microempreendedorismo de Raiz Popular e Políticas Sociais de Inclusão Produtiva: Do Comércio das Diferenças ao Reconhecimento da Diversidade Econômica nas Favelas**. 2016. 237 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14HH6rQxiWSrCCdD8S98DeTMSui_uFiu8/view> Acesso em: 14 out. 2020.

SOBRE AS AUTORAS

Tatiane Silva. FCT/Unesp - Presidente Prudente. Email: tatiane.r.silva@unesp.br

Maria Angélica de Oliveira Magrini. Licenciada (2005), Mestre (2009) e Doutora (2013) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" (UNESP), câmpus de Presidente Prudente. Professora Titular do curso de graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal - Universidade Federal de Uberlândia, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Observatório das Cidades (UFU, Ituiutaba) e do GASPERR - Grupo de pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (Unesp - Presidente Prudente). Professora do Programa de Pós Graduação em Geografia do Pontal - PPGE - UFU. Possui experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: produção do espaço urbano, fragmentação socioespacial, direito à cidade, insegurança urbana e desigualdades socioespaciais. <https://orcid.org/0000-0003-0243-5123>. Email: angelicamagrini@ufu.br